

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA

JOYCIARA DA PAIXÃO RIBEIRO

**IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE POLÍCIA SOLIDÁRIA NO
ESTADO DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE
CRIMINALIDADES NO BAIRRO DE OITIZEIRO (JOÃO PESSOA)**

João Pessoa–PB

2018

JOYCIARA DA PAIXÃO RIBEIRO

**IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE POLÍCIA SOLIDÁRIA NO
ESTADO DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE
CRIMINALIDADES NO BAIRRO DE OITIZEIRO (JOÃO PESSOA)**

Monografia apresentada ao Departamento de Gestão Pública, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a ÍRIS
Co-orientador: Prof^o Marco Acco

João Pessoa-PB
2018

JOYCIARA DA PAIXÃO RIBEIRO

**IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE POLÍCIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DA
PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADES NO BAIRRO DE
OITIZEIRO (JOÃO PESSOA)**

Monografia apresentada ao Departamento de Gestão Pública, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovada em ____ de junho de 2018

Íris Gomes dos Santos _____

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Marco Antônio de Castilhos Acco _____

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Joseneide Souza Pessoa dos Santos _____

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A

*Deus, pois o que seria de mim sem a fé que tenho Nele?
Agradeço pela força e coragem que me deu, que foi
essencial na minha caminhada. Por ser um sustento, guia
e autor do meu destino.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que foi o meu sustento desde a entrada e durante todo o decorrer do período que estive na Universidade. Ele é o meu Pastor e até então nada me faltou, e nunca faltará.

A Universidade Federal da Paraíba e seu corpo docente, que proporcionaram a janela que hoje vislumbro.

A minha orientadora, professora Íris, e meu coorientador, professor Marco Acco, pelo suporte e empenho dedicado à elaboração, auxílio e correção deste trabalho.

A minha mãe, pelo amor, apoio incondicional e incentivo.

Aos meus amigos, pelo apoio ao longo do curso. Pois, sozinho podemos até conseguir realizar nossos sonhos, mas quando se tem amigos tudo se torna muito mais fácil.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado!

RIBEIRO, Joyciara da Paixão. Implantação das Unidades de Polícia Solidária no estado da Paraíba: uma análise dos Índices de criminalidades no bairro de Oitizeiro (João Pessoa). 50f. 2018. Monografia (graduação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Gestão Pública, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

RESUMO

A violência que tomou conta da sociedade brasileira e, em especial no Estado da Paraíba, vitimando pessoas, e acuando a sociedade, obrigou os órgãos de segurança pública a procurarem soluções, aproximando a comunidade e a polícia através de um policiamento mais comunitário, menos repressivo e mais preventivo. Partimos do pressuposto de que as Unidades de Polícia Solidárias têm em sua base de filosofia organizacional a Polícia Comunitária, cujo objetivo primário é promover a aproximação da polícia com a comunidade local, principalmente nos bairros que apresentam uma grande incidência de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). O objetivo deste estudo foi analisar a situação de segurança do bairro de Oitizeiro após a implantação da UPS, a partir da percepção de moradores e de dados estatísticos de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) na localidade, nos anos de 2012 a 2016. Com essas informações, observou-se que embora a população tenha indicado aprovação da política, ainda são muitos os desafios para o estabelecimento de uma relação mais próxima entre comunidade e polícia, bem como para a efetividade da política e o controle do fenômeno das criminalidades e violências no local.

Palavras chaves: Segurança Pública, Unidade de Polícia Solidária, Crimes Violentos Letais Intencionais, Criminalidade, Violência.

RIBEIRO, Joyciara da Paixão. Implantation of Solidarity Police Units in the state of Paraíba: an analysis of crime rates in the district of Oitizeiro (João Pessoa). 50 f. 2018. Monography (graduation) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Gestão Pública, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

ABSTRACT

The violence that took hold of Brazilian society, and especially in the State of Paraíba, victimizing people and impoverishing society, forced the public security organs to seek solutions, bringing the community and the police closer together through more community-based, less repressive policing and more preventive. We start with the assumption that the Solidarity Police Units have in their organizational philosophy base the Community Police, whose primary objective is to promote the rapprochement of the police with the local community, especially in neighborhoods with a high incidence of Intentional Lethal Violent Crimes (CVLI). The objective of this study was to analyze the security situation of the neighborhood of Oitizeiro after the implementation of the UPS, based on the perception of residents and statistical data of Violent Intentional Lethal Crimes (CVLI) in the locality, from the years 2012 to 2016. With these It has been reported that although the population has indicated policy approval, there are still many challenges to establishing a closer relationship between community and police, as well as to policy effectiveness and control of the phenomenon of crime and violence in the local.

Keywords: Public Security, Solidarity Police Unit, Violent Intentional Lethal Crimes, Crime, Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Gráfico 1 – Distribuição de Homicídios no Estado da Paraíba (2012-2016). 08
- Gráfico 2 – Distribuição de Homicídios no Município de João Pessoa (2012-2016). 33
- Gráfico 3 – Distribuição de Homicídios no Bairro Oitizeiro por ano (2012-2016). 36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Perfil dos Entrevistados	09
Tabela 2	- Grau de Escolaridade dos Entrevistados	38
Tabela 3	- Sensação de Segurança dos Entrevistados	39
Tabela 4	- Melhor Solução para Problemas de Violência em João Pessoa na opinião dos Entrevistados	40
Tabela 5	- Fontes de Acesso à Informação sobre Violência no Bairro	41
Tabela 6	- Nota Atribuída pelos Entrevistados à PM e suas Ações Desenvolvidas no Bairro	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOPE	– Batalhão de Operações Especiais
CVLI	– Crimes Violentos Letais Intencionais
CF	– Constituição Federal
EUA	– Estados Unidos da América
GPAE	– Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais
MJ	– Ministério da Justiça
NACE	– Núcleo de Análise Criminal e Estatísticas
PB	– Paraíba
PMPB	– Polícia Militar da Paraíba
SENASP	– Secretária Nacional de Segurança Pública
SIPS	– Sistema de Indicadores e Percepção Social
UPP	– Unidade de Polícia Pacificadora
UPS	– Unidade de Polícia Solidária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A IMPLANTAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA: o contexto normativo	17
3. EXPERIÊNCIAS NAS ÁREAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E A CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE POLÍCIAS SOLIDÁRIAS.	21
3.1 O CASO MINAS GERAIS	21
3.2 O CASO RIO DE JANEIRO	23
4 A VIOLENCIA NO ESTADO DA PARAÍBA	28
4.1 A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA	31
4.2. A POLÍCIA SOLIDÁRIA NA PARAIBA	33
4.3. UNIDADE DE POLÍCIA SOLIDÁRIA EM OITIZEIRO, JOÃO PESSOA	34
4.3.1. Contexto sócio-histórico do bairro	34
4.3.2 Histórico da UPS no Bairro	35
4.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA UPS NO BAIRRO DE OITIZEIRO	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6 REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A	46

1 INTRODUÇÃO

Numa sociedade democrática na qual se exerce uma cidadania plena, as políticas de segurança pública garantem a proteção dos direitos individuais e coletivos. Neste sentido, a segurança não se contrapõe à liberdade: ela é a condição para o seu exercício, fazendo parte de uma das inúmeras e complexas vias por onde perpassa a qualidade de vida dos cidadãos.

Quanto mais improvável a disfunção da ordem pública, maior o sentimento de segurança entre os cidadãos. Paralelo às garantias que competem ao Estado, o conceito de segurança pública é amplo, não se limitando à política de combate à criminalidade e nem se restringindo à atividade policial. Do ponto de vista das políticas públicas direcionadas a tal questão, integram um repertório de ações substantivas como: as políticas habitacionais, educacionais, de desenvolvimento territorial, de geração de oportunidades de trabalho e renda, de acesso e fruição cultural, de formação e capacitação profissional, de saúde, esporte e lazer, de distribuição de renda, de mobilidade urbana, de iluminação e limpeza pública, voltadas para a juventude, dentre outras.

A Segurança pública no Brasil é dever do Estado, cuja responsabilidade é a de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Desse modo, o Estado tem a obrigação de garantir a segurança das pessoas, a paz social e impedir o cometimento de crime. No entanto, é direito e responsabilidade da sociedade também garantir a segurança.

A Constituição Federal do Brasil trata da questão da segurança pública no seu Título V - Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas, Capítulo III: Da Segurança Pública. Neste ordenamento jurídico, a segurança pública é estruturada em no seu artigo 144, donde contam as nomeações das burocracias policiais: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (BRASIL, 1998). As atividades policiais são divididas em policiamento ostensivo -consistindo na polícia de presença, de ostentação, de exibição, que representa a manifestação concreta de que, em determinado lugar, através de um preposto o Estado estará presente para proteger pessoas e bens e manter a ordem pública -, e preventivo - quando a polícia atua antes do acontecimento da infração penal - é a polícia que fica em

pontos prévios, com farda, viaturas caracterizadas, fazendo com que sua presença iniba a prática de condutas ilícitas e traga uma sensação de segurança à sociedade. (RIBEIRO, 1952)

Nos casos em que o policiamento ostensivo não consegue evitar que ocorra o delito, a competência muda de órgão, entrando em cena a polícia judiciária ou polícia repressiva, que tem a função de investigar as infrações penais. O Delegado de Polícia Civil, logo após tomar ciência do acontecimento de um crime, irá instaurar o inquérito policial, fazendo com sua equipe a parte de investigação necessária, aliado aos dados fornecidos pela Polícia Científica (ou Técnica), a qual tem a função de registrar a cena de crime por meio de coletas de vestígios para proporcionar a prova técnica da possível autoria do delito.

A Segurança Pública é um Direito Fundamental indispensável para a manutenção da ordem pública, sem ele a convivência social se tornaria inviável. Pode-se dizer que colaboram para tal garantia o sistema policial, judicial e prisional, cada qual com sua função, que como visto, ocorre em momentos distintos e de maneira diversa, mas que se completam e buscam a uma mesma finalidade.

Todos os Poderes participam desse complexo sistema: o Executivo, através do poder de polícia, o qual é por ele comandado e gerenciado; o Legislativo, através da elaboração das leis que regem o Direito Penal e o Processual Penal; e o Judiciário, através da aplicação destas leis, que efetivam o caráter punitivo da pena. Observa-se ainda, que todas as diversas áreas que possam atuar na diminuição da violência (educação, saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania, etc).

Um Sistema de Segurança Pública, para assim ser chamado, deve ser composto dos seguintes subsistemas: a) Subsistema Preventivo, composto pelos órgãos encarregados de evitar a ocorrência delituosa (Polícia Federal - PF, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Polícia Ferroviária Federal - PFF, Polícias Militares - PM, Corpos de Bombeiros Militares – CBM, Guardas Municipais - GM e Órgãos de Controle de Trânsito Urbano); b) Subsistema Investigativo, composto pelos órgãos encarregados de investigar e esclarecer os fatos criminosos, bem como, identificar o autor ou autores (Polícia Federal e Polícias Civis); c) Subsistema Judiciário é composto pelos órgãos encarregados da denúncia e da fiscalização da aplicação correta das leis (Ministério Público), e pelos órgãos encarregados do julgamento das pessoas que cometem o ilícito penal (Juízes e Tribunais); d) Subsistema Recuperatório (Sistema Penitenciário), composto pelos órgãos encarregados da

recuperação dos condenados, reinserção das pessoas condenadas e acompanhamento dos egressos.

Nos últimos anos, a ineficiência das ações públicas para conter as violências e criminalidades têm provocado um sentimento de profunda instabilidade e de insegurança na sociedade brasileira. Portanto, , parece ser oportuno academicamente tratar destes temas, uma vez que se constituem nas facetas mais perceptíveis da insegurança que preocupam autoridades políticas, policiais e a sociedade.

A despeito do crítico cenário de insegurança social vivido no país, ainda assim é possível identificar esforços das burocracias do campo da de segurança no sentido de se qualificarem e atingirem níveis melhores de satisfação das expectativas da sociedade como um todo, imbuídos pelo respeito e defesa dos direitos fundamentais do cidadão. Sob esta óptica, compete ao Estado garantir a segurança de pessoas e de seus bens no âmbito do território, e a defesa dos interesses nacionais, o respeito pelas leis e a manutenção da paz e ordem pública.

Uma das estratégias delineadas e que começou a ser implantada em alguns estados e territórios locais foi a polícia comunitária. Concebida como a polícia que organiza, planeja objetivos e desenvolve suas operações tendo como foco a colaboração direta e as prioridade da comunidade na qual está inserida. Este tipo de policiamento implica que as polícias adotem uma preocupação voltada para a comunidade, quebrando paradigmas, deixando de ser um órgão público fechado como outrora, restrito à proteção dos interesses dos governantes e das elites no poder.

A ideia essencial deste modelo é que, de um lado, a comunidade identifique seus problemas sociais e os levem ao conhecimento da polícia e, de outro lado, este órgão prestador de serviço público trabalhe em conjunto com a população, apresente soluções efetivas às demandas e problemas apontados, principalmente no tocante ao aumento da sensação de segurança e à redução da prática de crimes, visando a melhorar a qualidade de vida das áreas abrangidas pelo trabalho policial. .

O problema da insegurança no Brasil afeta a maior parte da população, mas em especial àquelas localidades onde se concentram os maiores índices de criminalidades e ocorrências de violências, espaços reféns e vítimas de tipos criminosos. A segurança pública é atualmente uma preocupação predominante, de

modo que o enfrentamento de seus problemas se tornou uma prioridade dos três níveis de governo - federal, estadual e municipal.

Os tradicionais mecanismos adotados para o controle da criminalidade violenta, pautados essencialmente em ações repressivas, demonstraram com o decorrer do tempo suas insuficiências e novas estratégias e formas de se fazer segurança começaram a ser delineadas. No contexto de agravamento dos problemas de segurança, algumas iniciativas buscaram promover e priorizar ações de prevenção e de policiamento de aproximação com a comunidade ao invés das obsoletas práticas repressivas.

Estas estratégias de controle das criminalidades, como aponta SAPORI (2008), compreendem parcerias estabelecidas entre as polícias, outras secretarias de governo, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias, com o fito de ampliar a segurança e reduzir os fatores de vulnerabilidade e risco social, não atingidos pela abordagem tradicional, cujo modelo é repressivo. Tal modelo, além de não vir surtindo o efeito desejado na sociedade, tem promovido um distanciamento nada saudável entre a polícia e o cidadão, principal interessado na tranquilidade e segurança.

Considerando tais questões, este estudo tem como objetivo geral apresentar e problematizar a estratégia da Polícia Solidária (ou polícia comunitária) em se instituir enquanto um novo modelo de fazer o policiamento voltado ao cidadão, de cunho essencialmente preventivo, assentado na interação entre a polícia e a comunidade, onde ambos discutem os problemas de determinada área e juntos buscam alcançar a resolução dos problemas levantados. Em termos mais específicos, o trabalho buscou analisar os indicadores de segurança associados à experiência de implementação da Polícia Solidária no Bairro de Oitizeiro, cidade de João Pessoa, especialmente os de CVLI, no período 2012 a 2016. Também se constituiu como objetivo identificar a percepção de alguns segmentos da população do Bairro de Oitizeiro em relação à presença e atuação da UPS no território. Deste modo, a questão que orientou a pesquisa foi: *qual a situação da segurança, medida em termos de indicador de CVLI e percepção dos moradores, do bairro Oitizeiro após a implantação da UPS?*

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se valeu de uma abordagem qualitativa de natureza mais exploratória e documental. Mobilizou, para tanto, a coleta de dados sobre a criminalidade violenta em João Pessoa e nos bairros da

capital junto à base de de informações. do NACE – Núcleo de Análise Criminal e Estatísticas, disponibilizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social. No tocante à percepção de segmentos dos moradores do bairro de Oitizeiro, considerando o pouco tempo e a escassez de recursos disponíveis, optou-se por sondar uma pequena amostra de informantes, de base não paramétrica ou estatística, composta por professores de escolas locais, alunos, comerciantes, e moradores comuns que residem há mais de 10 anos no Bairro. O instrumento de coleta de dados das entrevistas consistiu em 33 variáveis apresentadas de forma semiestruturada, problematizadas por perguntas majoritariamente fechadas e algumas abertas, conforme apêndice A. Maior parte das variáveis e questões foram extraídas da Pesquisa Nacional de Vitimização, inserida no questionário da Pesquisa Amostra Nacional de Domicílios (PNAD/IPEA).

Cabe notar que embora seja uma amostra pequena e não representativa em termos estatísticos, estes estratos populacionais estão fortemente imbricados com a realidade de (in)segurança no bairro já que para eles convergem, e deles emanam, alguns fatores de vulnerabilidade e risco decorrentes de condições sociais e econômicas.

2 A IMPLANTAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA: o contexto normativo

A marca de mais de 32 mil homicídios registrados apenas em 1991, abrindo com esse indicador alarmante a década democrática dos anos 90, fez os governos despertarem para uma nova forma de encarar a Segurança Pública, com um olhar mais voltado para aproximar a comunidade e as forças políticas, numa clara tentativa de se alcançarem melhores resultados sociais. Com esse início de mudança de perspectiva, inaugurou-se uma ideologia de policiamento comunitário, trazendo transformações no modo de pensar as estruturas e práticas policiais brasileiras.

Com a evolução e dinamização dos crimes, e diante dos graves problemas apresentados, a sociedade como um todo sentiu a necessidade de buscar novas formas e métodos para fazer frente a tal questão. As políticas notadamente de repressão ao crime se mostraram inoperantes, com resultados insatisfatórios, frente a grupos criminosos organizados que exploram o mercado das drogas e outras áreas delituosas altamente lucrativas.

O policiamento comunitário foi introduzido no Brasil ainda na década de 80, em seu modelo embrionário, através dos Conselhos Comunitários de Segurança, sobretudo nos estados do Paraná, Ceará e São Paulo, sendo expandidos para todo o território a partir dos anos 90. Esta modalidade de policiamento atua de forma cooperativa com a população no diagnóstico das causas subjacentes ao crime, com a mobilização da comunidade e de instituições governamentais e não governamentais. Isto faz com que o agente dos órgãos de segurança pública seja um protagonista da proteção dos direitos fundamentais.

Durante a Ditadura Militar, o atrelamento da Polícia Militar ao Exército fez gerar medo e desconfiança nas instituições policiais que em razão das medidas de repressão aos direitos civis e políticos culminou num distanciamento entre população e órgãos de segurança pública. Este cenário agravou ainda mais a problemática da violência e do crime, pois a atuação policial não era realizada como um serviço de garantia de dos interesses e direitos da sociedade, mas como um mantenedor dos poderes irrestritos do governo militar, sendo a atuação restritamente identificada com o cumprimento da lei, sua finalidade exclusiva em tal contexto. Tal cenário acabou por consolidar uma cultura institucional, destituída da reflexão sobre o papel de assistência à sociedade, o que permitiu que as práticas

policiais utilizassem qualquer meio para atingir a finalidade de “ordem”, ocasionando a possibilidade de se recorrer ao uso de força desproporcional e desrespeito aos direitos fundamentais.

A Constituição de 1988, desde a sua promulgação, foi nomeada de “Constituição Cidadã”, uma vez que está fortemente marcada pela garantia e proteção de direitos, e participação e controle social, anteriormente não assegurados, buscando superar as marcas do período ditatorial. Carece, contudo atentar que a Carta Magna não significou uma total ruptura com as práticas policiais outrora desenvolvidas, pois constitucionalizou as polícias atuantes durante o regime militar, tanto é que em seu art. 144 atribuiu aos mesmos órgãos policiais (PF, PC, PM, CBM) o dever de garantir a ordem pública, sem a regulamentação de um sistema federal articulado e com clareza quanto ao seu controle, além de não se instituir nenhuma política de formação capaz de recapacitar o contingente policial e adaptá-lo à nova ordem democrática, logo as práticas profissionais marcadas pelo uso da violência institucional e o cotidiano recurso ao abuso de poder ainda são práticas que resistem ao tempo, sendo observadas nos dias atuais.

Como dito, o Artigo 144 ressalta que além das forças públicas de segurança a responsabilidade deve ser compartilhada com a sociedade, a qual, na medida do possível, deve ajudar e contribuir com a tarefa de manutenção e o controle social. Murphy (1993) alega que a polícia, numa sociedade democrática, possui um papel complementar ao da comunidade, não sendo a única responsável pela manutenção e controle da paz social, já que desempenha um papel de auxílio à comunidade e nunca de substituição.

Convém observar que há grandes diferenças entre o policiamento tradicional e o comunitário, enquanto no primeiro os policiais se estabelecem, mormente, em viaturas, realizando rondas constantes, de modo aleatório, à espera de serem solicitados por algum denunciante ou serem chamados através da central de atendimentos para atuar reativamente frente a algum delito, o policiamento comunitário deita suas preocupações sobre a população, o cumprimento da lei é realizado com o apoio da comunidade, onde os policiais são considerados enquanto membros empenhados em prestar apoio de forma integral aos anseios sociais. Sob esta proposição, o policiamento almeja a qualidade de vida da população, tendo como marco de sua eficiência a ausência de crimes e de desordem, ou seja, o cerne das atividades é a prevenção. (SENASP, 2008, p. 124),

É importante também destacar a relevância do policiamento comunitário no processo de abertura das polícias, principalmente após o período de ditadura que maculou a imagem da instituição, pois com tal herança de violência e desrespeito às garantias fundamentais dos cidadãos, os órgãos de segurança se distanciaram da população provocando temor e repulsa, o que aumentou, conseqüentemente, seu insulamento burocrático. A estratégia de policiamento comunitário reflete uma possibilidade de se garantir a segurança de forma não mais centrada na ideia de ordem, mas sim na de proteção de direitos e na afirmação dos deveres da comunidade para com sua própria segurança, de modo a estabelecer pontes entre órgãos de segurança pública e a comunidade.

Assim, com a implantação de uma metodologia de proximidade social, há um esforço de resgate da valorização da burocracia como membro integrante da sociedade. Segundo Carvalho:

Ao tentar implantar este modelo, governo e líderes da sociedade acreditaram que esta poderia ser uma forma de democratizar as instituições responsáveis pela Segurança Pública, isto é, a medida que se abre a sociedade, congregando líderes locais, negociantes, residentes e tantos quantos puderem participar da segurança local, a polícia deixa de ser uma instituição fechada e que estando aberta as sugestões permite que a própria comunidade faça parte de suas deliberações (CARVALHO. 1989.P. 49 apud SENASP/MJ. 2008).

Essa estratégia de atrair a comunidade para colaborar com a polícia, e juntas participarem do enfrentamento à insegurança pública, passou a ser implantada em diversas localidades do país com o título de polícia comunitária. Diversos exemplos de criação de unidades de policiamento comunitário podem ser citados, dentre muitos se destacam pela visibilidade: Unidades de Polícia Pacificadora – UPP, no Rio de Janeiro, o Programa “Fica Vivo”, em Belo Horizonte, e atualmente na Paraíba, a criação de Unidades de Polícias Solidárias. Todos estes são programas de governo que buscam minimizar a periculosidade de áreas com altos índices de criminalidade, através de uma filosofia diferenciada de se fazer segurança pública.

Sapori (2008) destaca a corresponsabilidade entre a sociedade civil e o governo, numa parceria que busca solucionar as disputas sociais, não perdendo suas identidades e nem se desviando das missões institucionais específicas. A eficiência dessa interação - polícia e comunidade - depende da confiança e da colaboração espontânea para que se repassem as informações necessárias à

solução da problemática daquela localidade, numa clara demonstração de sintonia e compartilhamento de deveres e responsabilidade recomendada na Carta de 1988.

Assim, a polícia comunitária aparece como uma alternativa de diretriz política mais eficiente e eficaz no controle e manutenção de ordem social. Alterando assim uma cultura eminentemente repressiva que poucos resultados trouxeram no enfrentamento e controle da criminalidade. O policiamento de proximidade está ligado diretamente à concepção de policiamento comunitário, cujas origens remontam ao modelo japonês, surgido logo após a II Guerra Mundial. Skolnick e Bayley (apud Oliveira, p.1) afirmam que com a instituição do Estado Democrático de Direito, surge em várias nações “a ideia de um policiamento próximo à comunidade, sob o escudo de uma ideologia preventiva” (OLIVEIRA,p.1). Skolnick e Bayley afirmam ainda que esta orientação para o serviço à comunidade e o tratamento preventivo dos crimes e violências foi igualmente adotado, quase na mesma época, por países como Malásia, Coreia do Norte, China e Singapura, gerando a denominação de “Escola de Polícia Oriental”, cujo foco preventivo se contrapunha tanto à Escola Anglo-saxônica, como àquelas de foco mais reativo-ditatoriais que nutriam uma ideologia militarista.

Nesse modelo comunitário, além do interesse em garantir a segurança pública, o policial assume um papel didático-pedagógico, sendo responsável pela orientação educacional sobre o respeito aos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição, tais como preservação do meio ambiente, à igualdade (com o repúdio a preconceitos sociais e raciais), à vida (sobretudo através de orientações pertinentes ao socorro de vítimas de acidentes e calamidades), entre outros. A partir dessa premissa, observa-se que a polícia passa a ter uma nova responsabilidade, de criar maneiras apropriadas de educar e associar o policiamento à defesa do Estado Constitucional de Direito. Neste sentido, necessita também de programas diferenciados que visem a elevar o nível de participação da população, devendo haver, assim, o distanciamento das práticas operacionais passadas, pois “[] *o que o policiamento comunitário questiona não é o objetivo do policiamento, mas os meios utilizados*” (SKOLNICK e BAYLEY, 2006, p.24.). .”

Ao prefaciar a manual que fundamenta o “Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária”, Luiz Fernando Correa (2007) sinaliza que a Política de Polícia Comunitária, como espécie de gênero segurança e convivência cidadã é:

[] é uma filosofia e uma estratégia organizacional baseadas na parceria entre a população e as instituições de segurança pública e/ou defesa social, tendo como premissa a compreensão de que tanto as instituições estatais, quanto a população local, precisam trabalhar em conjunto para apontar, escolher e solucionar os problemas que atingem a segurança pública, tais como o crime e o medo do crime, a exclusão e a desigualdade social que reforçam os problemas relativos a criminalidade e tornam mais difícil o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

3. EXPERIÊNCIAS NAS ÁREAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E A CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE POLÍCIAS SOLIDÁRIAS.

3.1 O CASO MINAS GERAIS

O estado de Minas Gerais, que no início da década de 1980 era reconhecido como tranquilo e pacífico, passou a enfrentar uma onda de criminalidade violenta na década de 1990 e começo dos anos 2000. Os crimes violentos saltaram de um patamar de 100 episódios por grupo de 100 mil habitantes para dados superiores a 500 crimes por 100 mil habitantes, representando um aumento de 400% no período compreendido. Segundo Sapori (2008), os crimes contra o patrimônio e assaltos tiveram forte escala de crescimento, sendo também acompanhados por homicídios. O aumento de homicídios foi particularmente intenso na região metropolitana de Belo Horizonte, saltando de uma taxa pouco superior a 20 homicídios por 100 mil habitantes, em 1996, para a taxa de 64 homicídios por 100 mil habitantes, em 2004, representando um crescimento de 200% (SAPORI, 2008).

Lima e Paula (2006) afirmam que os homicídios despertam na população uma maior comoção e, conseqüentemente, um sentimento de medo que gera uma deterioração dos padrões de convivência, segregação social, influenciando a qualidade de vida das pessoas. Estes estudiosos destacam o caso de Belo Horizonte que mediante o cenário destacada por Sapori (2008) provocou um sentimento de apreensão na sociedade. Foi então que o governo criou o Programa “FicaVivo”. Este Programa é uma ação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), implementado através da Coordenadoria Especial de Prevenção à

Criminalidade (CEPEC). Ele atua em áreas com registros de índices elevados de criminalidade violenta.

A implementação do “Fica Vivo” teve início na comunidade Porto da Pedra, na cidade de Belo Horizonte, consistiu num programa compressivo e comunitário, ou seja, buscava atrelar ações de redução dos fatores de riscos e fortalecimento de medidas preventivas, estimulando a participação da comunidade nas decisões, gestão e avaliação do programa.

Os principais objetivos do programa, como destacam Lima e Paula (2006), eram: 1) fortalecer a mobilização da comunidade, “empoderando-a” para a resolução de problemas de segurança pública; 2) articular agências públicas e organizações não governamentais que operam no plano local, otimizando a oferta de serviço de saúde, educação, assistência social e segurança pública, criando uma rede de proteção social e potencializando, assim a intervenção estatal; 3) oferecer oportunidade no campo de educação, cultura, lazer e profissionalização para a população alvo do programa; 4) estabelecer ambiente de debate em torno de problemas de segurança; 5) reduzir o medo; 6) melhorar o policiamento na comunidade.

O Programa se notabilizou por: incentivar a participação comunitária na área do Morro das Pedras, com oficinas para jovens de faixa etária entre 12 e 24 anos; implementar de um policiamento preventivo em áreas de risco; criar de um canal de comunicação com a comunidade através da rádio comunitária, jornais, palestras em escolas, além de eventos festivos na comunidade que valorizavam a sensação de pertencimento dos moradores; concretizar a cidadania das pessoas através da confecção de documentos de identidade e dos encaminhamentos de suas demandas, bem como da oferta de cursos preparatórios para lideranças comunitárias e para polícias que atuavam na comunidade.

As atividades do “Fica Vivo” se baseiam em dois eixos de atuação: intervenção estratégica e proteção social.

No eixo Proteção Social, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade dos territórios, o programa promove oficinas de esporte, cultura e arte; realiza projetos locais, de circulação e institucionais; faz atendimentos individuais dos jovens e promove Fóruns Comunitários. Além disso, articula com os serviços públicos o encaminhamento de adolescentes e jovens.

No eixo Intervenção Estratégica, promove a articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário e órgãos municipais de Segurança Pública. Esse eixo contempla a operacionalização de Policiamento Preventivo Especializado, realizado pelo Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco da Polícia Militar (GEPAR) que visa, dentre outros, a ampliação da sensação de segurança e da legitimidade do policiamento preventivo e das ações repressivas. O grupo de intervenção estratégica reúne os órgãos de defesa social (Polícias Civil, Militar e Federal) e ainda o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e as prefeituras municipais.

Além disso, esse eixo contempla também a formação e funcionamento dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE), que têm como principal objetivo a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa.

Os resultados positivos da implantação “Fica Vivo” despontaram, em comparação tanto com os indicadores de outras áreas circunvizinhas como com os de localidades que não faziam parte da política. Lima e Paula (2006) frisam bem que no aglomerado Morro das Pedras as taxas de homicídios eram elevadas no início dos anos 2000, com uma taxa de 75 mortes para cada 100 mil habitantes, e após a implantação do policiamento comunitário, com programas voltados para a resolução de problemas locais e de incentivos à participação da população nas demandas de combate à violência, esses índices chegaram a um patamar de 42 homicídios para cada 10 mil habitantes dois anos depois.

3.2 O CASO RIO DE JANEIRO

O caso do estado do Rio de Janeiro envolve uma situação atípica, na qual a sociedade convive com um cenário de imposição e forte poder do tráfico em largos territórios do estado. A inexistência de uma presença clara contínua de instituições estatais de segurança estabelecidas nas comunidades pode ter favorecido a expansão de grupos de delinquentes que passaram a impor as suas regras e a

lucrar com a criminalidade nas comunidades da cidade. O controle desse tipo de violência urbana, causada pela negligência do Estado, requereu das autoridades uma estratégia de inteligência para buscar transformar a realidade. Serrano-Berther explica tal fenômeno social:

Por muitos anos, o Rio de Janeiro manteve uma difícil distinção de serem uma das cidades mais bonitas e ao mesmo tempo uma das mais perigosas do mundo, As extensas praias e os hotéis cinco estrelas da cidade estão ao lado de favelas que espalham pelos morros e, até recentemente apresentavam taxas de homicídios entre as mais altas do mundo. Com o aumento do comércio global de drogas na década de 1980, muitas das favelas do Rio de Janeiro foram tomadas por gangues de traficantes que passaram a controlar praticamente todos os aspectos da vida econômica e social. Durante várias décadas, o estado do Rio de Janeiro tentou, sem sucesso, estabelecer presença permanente nas favelas- sempre entrando com a ofensiva baseada na força e, de forma igualmente obruta, retirando-se novamente (SERRANO- BERTHET,2010.p.12).

Já Beltrame (2014), ex-secretário da pasta, relata a dificuldade e os percalços de desenvolver uma nova política de segurança no âmbito das corporações policiais do Estado, citando momentos que chagaram a ser desanimadores mediante tanta oposição. Romper com os métodos obsoletos adotados pelos integrantes das duas instituições policiais do Estado e realizar algo novo na Secretária de Segurança Pública era o maior desafio que um secretário teria à frente. Sabe-se que a construção de mudanças no setor da segurança pública, partindo de uma iniciativa governamental, requer da autoridade administrativa rigor, inadmitindo-se, uma vez instituída na sua Comarca, quaisquer retrocessos na política de combate à criminalidade e de controle à violência urbana. Destarte, o programa das Unidades de Polícia Pacificadora - UPP's representou se fundamentou enquanto mecanismo principal para que o Estado voltasse a ocupar territorialmente espaços antes dominados pelo tráfico de drogas e grupos de criminosos.

O principal foco na instalação das UPP's, segundo a posição do governo à época, era a retomada dos territórios e, como consequência, a implantação de um policiamento mais próximo da comunidade. Como aponta Beltrame (2014), era necessária uma mudança radical, no estilo das que já vinham ocorrendo em outras cidades violentas.

O ex-secretário também destaca outras tentativas de implantar um policiamento mais próximo da comunidade realizadas no Rio de Janeiro, porém por motivos diversos não obtiveram êxito:

Na realidade, a nossa ocupação não seria a primeira tentativa do governo do Rio de entrar para ficar nos territórios do tráfico. A questão era que todas as tentativas anteriores haviam fracassado. Nos anos 90 a Polícia Militar ocupou favela em Laranjeiras, na Zona sul, o Pereirão- assim chamada por se localizar no fim de uma rua de classe média, a Pereira da Silva. O Pereirão foi uma ideia de Luiz Eduardo Soares, coordenador de Segurança e Cidadania no Governo Garotinho. Logo depois, veio a experiência dos Grupos de Policiamento em áreas especiais- GPAEs, na gestão do então secretário Josias Quintal. Os GPAEs atuaram bem durante algum tempo, mas por falta de apoio, produziram uma relação confusa entre parte dos policiais que ali estavam e os traficantes. Os bandidos não foram desalojados, e o policial baseado na favela tinha que fechar os olhos para o que acontecia se quisesse sobreviver. (BELTRAME, 2014, p.27)

Este depoimento ilustra bem situações que assolam diversas políticas de segurança pública no país, representadas pela sistemática falta de apoio e descontinuidades dos programas de um governo para o outro, uma vez que, abandonado um programa, a sociedade retorna a uma situação talvez ainda pior, e se agrava o descrédito tanto em relação ao governo, como em relação às polícias.

Atenta a tais experiências malogradas, a lógica predominante na implantação das UPPs foi a de desalojar o traficante criminoso e, conseqüentemente, deixá-lo sem o ambiente onde tradicionalmente agia como mandante, estabelecendo práticas assistencialistas já enraizadas junto a parcela dos moradores locais, desassistidos que eram de serviços públicos básicos, sob o conhecimento e omissão das autoridades que pareciam não se importar com a emergência de um estado paralelo. Como se sabe, a Constituição Federal, em seu Artigo 6º, garante que são direitos sociais, entre outros, o lazer e a segurança. Porém, às comunidades cariocas eram negadas esse direito constitucional, uma vez que o traficante ditava regras próprias e ameaçava aqueles que não as cumprissem. Entende-se que a retomada do controle pelo Estado de territórios antes esquecidos é uma forma de proporcionar cidadania e respeito aos seus moradores, oferecendo a eles o acesso a regras formais e construindo um modelo de convivência social estruturado em limites comuns na vida em sociedade.

Esse processo de mudança e retomada do controle de território é longo, e exige uma política capaz de garantir apoio estatal e mudanças culturais, com a mobilização de diversos órgãos e secretarias do governo, agindo em conjunto e buscando solucionar questões prioritárias da área sob intervenção, e não apenas as

forças de segurança pública. O histórico de tentativas de retomada pelo Estado do controle das comunidades afetadas pelo tráfico de drogas é mencionado por Serrano–Berthet (2010). Diz o autor que ocorreu uma política de sucessivos investimentos na infraestrutura das comunidades, com melhorias no seu aspecto urbano através de programas como favela-bairro e a inclusão dessas áreas deterioradas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, oferecendo melhorias estruturais, porém o tráfico manteve-se como dominante nos locais ditando regras e rotinas.

A criação de forças policiais diferenciadas é um exemplo dos esforços. A instituição do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), nos anos de 1990, do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), no governo Garotinho, entre 1999 a 2002, são indicadores disso, porém todas frustradas, tanto por resistência do público interno, como pela forma de atuação distanciada e repressiva dentro da comunidade.

A respeito da qualificação dos policiais inseridos num modelo de policiamento comunitário, cita Beltrame (2014) que deve ocorrer uma mudança interna com suporte e investimento em um funcionalismo público novo, sem vícios, recém-formados nas academias policiais. Isso facilitaria a existência de uma polícia cidadã, desprezando o velho padrão de uma instituição reativa de enfrentamento e combate, para ser uma força mas preventiva.

Serrano Berthert (2010,p.36) explica:

A fim de afastar-se da manchada herança do policiamento repressivo no Rio, o programa das UPP's foi construído em torno de um conceito diferente que salientou, em primeiro lugar, a recuperação do controle territorial das favelas das mãos das gangues de traficantes e milícias e, em seguida, o restabelecimento de presença do Estado nessas áreas com o novo tipo de força policial.

O grande desafio das UPP's reside nessa mudança cultural dos integrantes das forças policiais, de modo que possam operar em conjunto com a comunidade e restabelecer a confiança entre ambas, tornando-se uma polícia mais próxima, mais preventiva e socialmente aceita pelos moradores. Só assim, então, o Estado pode retomar definitivamente o controle de todos os territórios antes comandados por traficantes e milicianos que, num clima de barbárie, afrontam o Estado Democrático de Direito.

Quando se fala nas UPP's, a primeira impressão é a de que se trata de um conceito de policiamento de proximidade apropriado pelo estado, no Rio de Janeiro, de uma forma invertida. A saída de Beltrame da Secretaria de Segurança Pública, explicitou uma grave crise dessa política e sua continuidade se tornou um drama.

A cidade do Rio de Janeiro se transformou em mais um trágico símbolo de falência de um programa de policiamento comunitário. O controle territorial, antes realizado através do ostensivo uso das armas nas mãos dos grupos criminosos, passou para uma atuação permanente e uma exposição ao controle policial, com a ostensiva utilização de armas por grupos legais, representantes do Estado, sejam policiais ou militares.

O cenário que se apresenta até o momento, pode-se inferir que a implantação das UPP's não apresentou qualquer alteração de qualidade na segurança e bem estar dos moradores, nem mudanças no policiamento. O que se pode verificar foi o predomínio de um esforço de conquista territorial, porém não se faz segurança por meio exclusivo de ações policiais. Quando as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) começaram a ser implantadas, em 2008, foram anunciadas como uma medida libertadora e positiva para uma cidade partida. A redução dos índices de criminalidade, fim do controle do tráfico e restabelecimento do direito de ir e vir em áreas dominadas por facções, a implementação de projetos sociais, tudo isso estava previsto no escopo do programa.

Durante quatro anos, o Rio assistiu a uma queda nas taxas de criminalidade violenta. Contudo, desde 2012 as UPP's já vinham mostrando sinais de esgotamento. Ataques às bases em áreas supostamente pacificadas se tornaram comuns, confrontos entre policiais e traficantes passaram a ser mais violentos e a vitimar cidadãos, e um crescente número de denúncias de abuso de poder e corrupção viraram rotina em quase todas as 38 unidades espalhadas pela cidade. Mas foi com o agravamento da crise econômica, a partir de 2015, que os problemas começaram a ficar mais explícitos. Primeiro em áreas mais distantes do centro, e, agora, nas áreas mais ricas da cidade.

4 A VIOLENCIA NO ESTADO DA PARAÍBA

Sem se diferenciar muito da crítica realidade nacional no setor da segurança, a Paraíba tem enfrentado grandes problemas associados às violências e criminalidades. Hoje, o estado encontra-se entre os mais violentos do Brasil. Crimes que outrora tinham maior registro em grandes cidades, invadiram as cidades paraibanas de forma rápida. De acordo com dados apontados em obra organizada por Waiselfisz (2016), a Paraíba aparece em 6º lugar como o estado mais violento do Brasil e na 5ª posição dentre os estados do Nordeste quando se trata de assassinato por armas de fogo.

Os noticiários da imprensa têm dado grande visibilidade à comunicação sobre crimes de homicídios, sequestros, roubos, ataques a bancos. Infelizmente, estes conteúdos se tornaram corriqueiros, visto que sido cada vez mais explícito ao se abrir um jornal, acessar uma notícia pela internet ou assistir a algum telejornal local, verificar que as manchetes violentas ocupam espaço significativo. É fato que o crime organizado a cada dia vem ganhando um espaço destacado dentro do estado; facções criminosas lutam pela ocupação de territórios usados por rivais causando transtornos, insegurança e medo entre as pessoas que circulam por certos espaços como única via de acesso.

Na atualidade, são destacadas na mídia paraibana a existência de duas facções. Essas facções adotaram nomes conhecidos mundialmente. Uma chamada OKAIDA faz alusão ao conhecido grupo terrorista afegão que ganhou ênfase mundial na derrubada das torres gêmeas americanas (Al Qaeda). Segundo o Jornal do Comércio Pernambucano, em sua edição on-line, de 15 de maio de 2013, os integrantes dessa facção são identificados pelas tatuagens com símbolos de um “bobo da corte” ou do personagem do filme “brinquedo assassino”, o Chucky.

Outra facção de notoriedade se denomina Estados Unidos (EUA), por ser este o país que faz frente à guerra contra o terrorismo, o qual anuncia a Al Qaeda como “inimiga”. Dessa facção fazem parte membros criminosos que não querem se juntar à outra facção e se tornaram independentes. Seus membros tatuam bandeiras americanas ou carpas como formas de identificação.

Existem ainda outras facções, porém com menor expressão no estado, como o PCC - Primeiro Comando da Capital -, surgido no território paulista; e outras duas nascidas em território carioca - a ADA (Amigos dos Amigos) e o CV - Comando

Vermelho. Apesar de serem facções com atuação em nível nacional, não se instalaram aqui com tanta força, como em outros estados, porque as duas facções locais predominantes OKD e EUA resistem aas suas investidas no território.

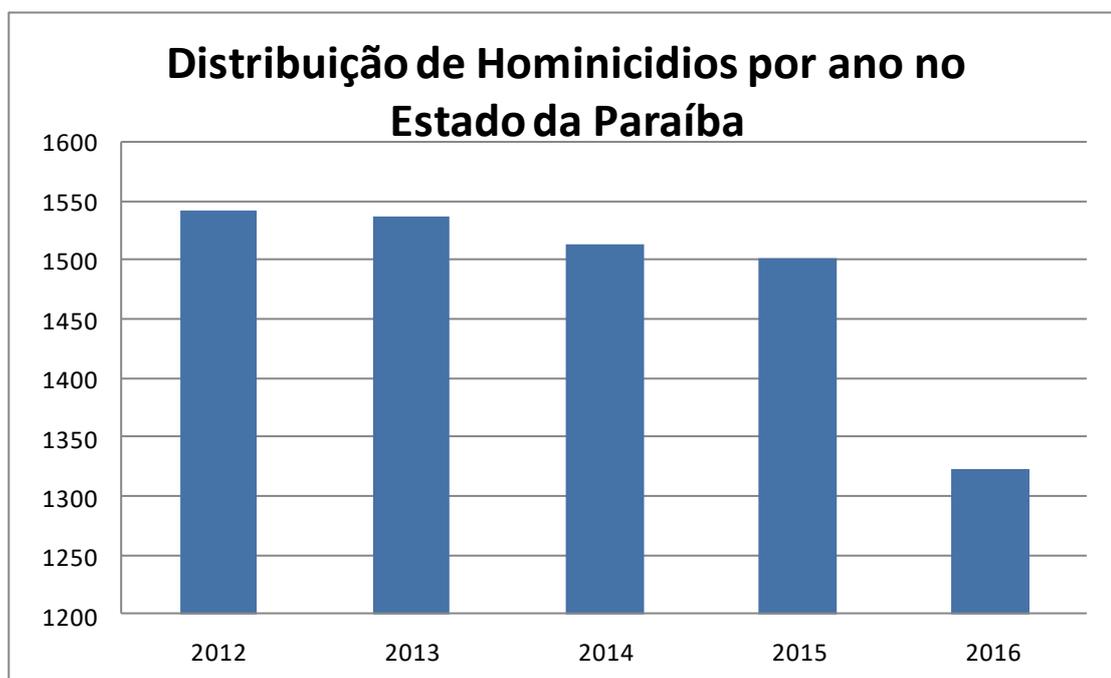
As facções atuam dentro das próprias estruturas do Estado, com força para realizar pactos e migrações. Acordos são estabelecidos dentro e fora dos presídios. Indivíduos que cometem crimes em outros estados se valem da facilidade de migração para cometerem crimes também no território paraibano. Quando presos, ocupam os presídios do estado e tentam disseminara alguma “filosofia” adotada pelas suas facções de origem, ampliando e diversificando o poder do crime organizado em outros estados. As facções criam suas próprias regras, definem suas atuações, decidem quem mata e quem deve morrer. Os jovens, principalmente os da periferia, têm se envolvido cada dia mais com o crime organizado, em decorrência da falta de infraestrutura urbana, a pobreza e o desemprego. O Estado falha no combate à criminalidade e também na assistência à juventude vulnerável, reprimindo mais que educando. A despeito dessa problemática complexa que relaciona juventude e criminalidade, as polícias estaduais da Paraíba vêm trabalhando intensivamente, realizando prisões, novamente como forças de repressão, que não tem como seu principal papel a prevenção nem a reeducação dos jovens que cometem delitos ou são apreendidos como menores em conflito com a lei. O sistema de recuperação voltado à juventude engrossa a ideia atribuída às prisões, de serem uma “escola do crime”, pois muitas vezes o cidadão que entrou por delito mais simples, ao sair já teve uma formação/instrução em outras modalidades de crime.

A entrada no ambiente prisional ou de uma unidade de correição tem seu preço, uma vez que se estabelecem trocas de favores dentro de suas instalações, logo os laços e redes ali tecidas são retomadas “do lado de fora”. Ao serem libertados, muitos devem favores e voltam ao acometimento de crimes com a obrigação de prestar serviço a quem o ajudou na detenção. A carceragem é, portanto, um meio complexo e cheio de armadilhas. Para Barbosa:

O Estado, a quem foi delegado o poder da coletividade em detrimento do individual, deveria punir o transgressor para que os demais indivíduos não trilhassem pelo mesmo caminho, devido as suas consequências. O que ocorre é que além da morosidade para a aplicação da lei, as dosimetrias penais são em sua maioria muito brandas e logo os transgressores da lei estão de volta às ruas para cometer novos crimes e assim, acreditam que o crime compensa e ainda, cria-se uma sensação de impunidade, que em grande medida, é causa do aumento da violência. (Barbosa,2016,p,16)

Nos últimos seis anos, o governo do estado tem realizado investimentos expressivos no combate à violência na Paraíba, ainda longe do ideal, mas que vem alcançando alguns resultados, como: a criação de batalhões e unidades policiais militares; expansão e reformas de delegacias; aumento do efetivo da segurança pública; criação de programas de bonificação financeira no incentivo à redução dos homicídios - como é o caso do programa Paraíba Unida Pela Paz que premia os agentes de segurança pública tendo por parâmetro o índice de CVLI. A respeito destes crimes violentos segue uma distribuição em imagem, gráfico 1, a qual exhibe uma importante redução verificada desde o ano de 2014.

Gráfico 1 – Distribuição de Homicídios no Estado da Paraíba (2012-2016).



Fonte: NACE/ SESDS

Outras modalidades de crime tem tido espaço no cotidiano paraibano. Não é difícil conhecer um cidadão que já tenha sido vítima de algum tipo de roubo, seja na frente de sua casa, indo ao trabalho, voltando da escola. Algumas vezes, uma tentativa de assalto acaba se tornando num latrocínio – roubo seguido de morte.

Os sequestros relâmpagos, no qual o cidadão é tido como refém e levado a fazer saques em suas contas ou é pedido resgate em troca de sua soltura, as saidinhas de banco - quando alguém com certa quantia em dinheiro é seguido fora do banco – também tem crescido no estado. Igualmente, outra modalidade de

violência que tem sido muito utilizada pelo crime organizado são as corriqueiras explosões de caixas eletrônicas. Um quantitativo elevado de criminosos invade as cidades contando com um aparato bélico muitas vezes maior que a infraestrutura e efetivos policiais locais, deixando os agentes de segurança sem um poder de reação para conter a ação criminosa.

Manchetes de jornais abordam estes fatos a exemplo dessa: “Sucessivas explosões de bancos deixam população em pânico na Paraíba” Esse tipo de crime, além dos riscos que provoca à sociedade, ainda acarreta outros problemas como a falta de dinheiro no comércio local, gerando uma cadeia de consequências.

4.1 A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

A violência é, hoje, um dos principais problemas que atinge o pessoense, O pretérito título de cidade pacata vem cedendo espaço ao medo, à sensação de insegurança e de sujeição à violência. Essa situação tem provocado mudanças na dinâmica da cidade em diversos aspectos, como, por exemplo, do ponto de vista arquitetônico, revela-se por meios de condomínios fechados, aumento da segurança privada, cercas elétricas e câmeras de vigilância nas residências, nos edifícios, lojas e outros espaços. Também no comportamento, o pessoense vem mudando seus hábitos, adotando maior cautela nos horários de saída e chegada em casa, no deslocamento para o trabalho, nas festas de final de semana, no monitoramento dos familiares em suas atividades fora de casa. .

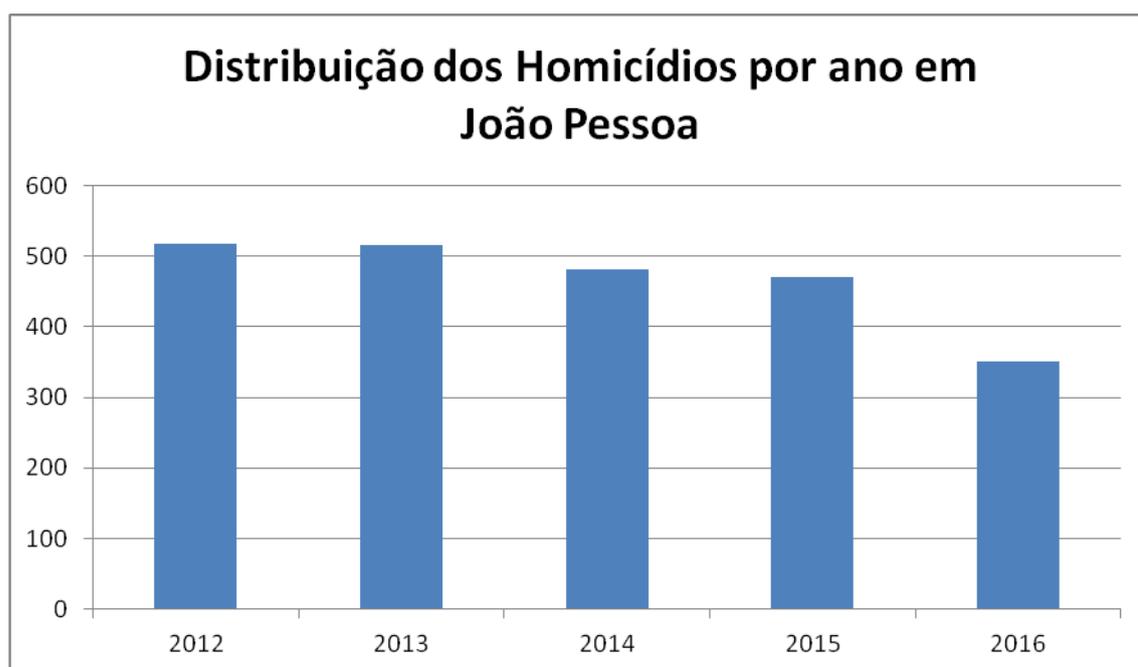
O policiamento da capital ainda é de responsabilidade do 1º e 5º Batalhão. Para um atendimento mais eficaz e eficiente aos Pessoenses, a PM-PB foi se especializando ao longo dos tempos, assim criando várias especialidades de policiamento, como: A pé; Rádio Patrulha Padrão; Policiamento Tático Móvel; Policiamento ostensivo; Canil; Choque; Policiamento Ostensivo com Apoio de Motocicletas; Guarda de Presídio; Cavalaria; Praça Desportiva; Polícia Feminina; Polícia de Trânsito; Polícia Florestal e Manancial; Grupo de Ações Táticas Especiais; Bombeiros; Ciclo Patrulha, Policiamento com Quadriciclos, Serviço de Inteligência, Oe também o Policiamento Solidário, objeto deste estudo.

Como já destacado, no presente trabalho analisa-se indicadores de apenas uma modalidade de crime violento, o homicídio, o qual tem sido considerado pela

literatura especializada como importante termômetro da violência nos territórios. Os dados demonstram a redução das taxas de CVLI na cidade, no período que coincide com a implantação do novo modelo de policiamento, tendo sido até o ano de 2016 instaladas 18 unidades de UPS no município (gráfico 2).

Assim, foram registrados junto à Secretaria da Segurança e da Defesa Social (SESDS), 2.334 (dois mil trezentos e trinta e quatro) homicídios no período de 5 anos (2012-2016). No ano de 2012, ocorreram 594 (quinhentos e noventa e quatro) homicídios, número bastante considerável. Já em 2016, ocorre uma importante diminuição, chegando a 350 (trezentos e cinquenta) homicídios. Observando-se tais dados, constata-se que houve uma expressiva redução, uma queda de aproximadamente 41% no período coincidente com a implantação do novo modelo de policiamento na cidade.

Gráfico 2 – Distribuição de Homicídios no Município de João Pessoa (2012-2016).



Fonte: NACE/ SESDS

Embora não se possa correlacionar direta, ou exclusivamente, a redução das taxas com a implementação dessa política, pois isso exigiria uma análise estatística mais sofisticada de tipo econométrica, há de se destacar que a implantação do novo

modelo de policiamento se fez acompanhar de dados positivos que o vincula, em alguma medida, a uma contribuição para uma melhoria objetiva do quadro geral de violência extrema na cidade. Cumpre agora analisar se, uma vez adotado em alguns bairros com elevadas taxas e índices de violência (Mangabeira, Cristo Redentor e Oitizeiro - bairros com maiores registros de ocorrência no contexto da cidade), também se faz acompanhar de uma redução semelhante. Este estudo caminha nessa direção ao analisar os dados desagregados referentes à realidade do bairro Oitizeiro.

4.2. A POLÍCIA SOLIDÁRIA NA PARAIBA

Diante dos elevados índices de violência e de criminalidades em algumas localidades do estado, principalmente na capital João Pessoa, o Comando da Corporação Militar, com o apoio da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, e o aval do Governo do Estado, na intenção de melhorar a prestação de serviço à comunidade e de diminuir os índices criminais, resolveu mudar o foco da atuação policial de meramente reativa para a retomada do papel constitucional de prevenção, investindo na disseminação e na efetivação da filosofia de policiamento comunitário.

Nessa perspectiva, foram elaborados planos de capacitações na filosofia do policiamento comunitário visando a uma aproximação com as populações locais. Um dos pontos fortes desse foi a oferta do curso de Promotor de Polícia Comunitária, quem vem formando não apenas policiais militares, como também policiais civis, profissionais ligados à segurança pública, líderes comunitários, moradores de comunidades. Isso significa dizer que uma integração já começa a partir da capacitação dos policiais que se realiza em conjunto com representantes sociais.

Tais treinamentos promovidos pela Corporação vão além de meros cursos institucionais, visam a capacitar pessoas moradoras da comunidade na resolução pacífica dos conflitos apresentados em seu dia-a-dia, por meio do instrumento da mediação, demonstrando a importância da mobilização comunitária no alcance de melhores indicadores de segurança e bem estar. Este caminhar não fica somente na seara da Segurança Pública, e sim acaba promovendo um melhoramento na qualidade de vida da sociedade local, atentando sempre para que o novo modelo de

atuação policial priorize os direitos humanos, princípio basilar desta modalidade de policiamento.

Alicerçando-se nessa realidade, a Polícia Militar tem procurado envolver seus agentes de segurança com as sociedades locais, promovendo o processo de fortalecimento para uma cultura de paz social, e como antigamente, efetivando um novo estreitamento nas relações de confiança do cidadão com os órgãos de Segurança Pública, de forma que a informação, a matéria-prima das policias, chegue de maneira mais qualificada, com maior credibilidade e rapidez, tornando o policial mais eficaz em sua atividade.

4.3. UNIDADE DE POLÍCIA SOLIDÁRIA EM OITIZEIRO, JOÃO PESSOA

4.3.1. Contexto sócio-histórico do bairro

A denominação "Oitizeiro" tem origem na palavra Tupy "UI-ti", árvore que dá o fruto oiti, muito presente nesta localidade. Anteriormente, o bairro já foi denominado de Novais, em alusão à família proprietária de parte daquelas terras. Localiza-se no Corredor da Avenida Cruz das Armas, entre a entrada sul da cidade e o Distrito Industrial, cuja área total é de 3,18 Km²

É também uma área de ocupação de baixa renda e população predominantemente assalariada. É composta por duas partes bem definidas: uma mais a oeste, mesclando-se às antigas ocupações de caracterização física menos regulares, miscigenada com loteamentos mais ortogonais e algumas poucas áreas de chácaras e ocupações semi-rurais; e uma outra, localizada mais à leste, caracterizada por um Conjunto Habitacional construído para o operariado que trabalhava no distrito industrial: o conjunto dos Funcionários I, que foi um dos primeiros grandes conjuntos habitacionais, construídos no início da década de 1970..

Apesar da predominância residencial, o bairro tem uma dinâmica econômica considerada razoável. O comércio de alimentos está presente nas áreas vizinhas ao principal corredor viário (Avenida Cruz das Armas). São comunidades do bairro: Baleado, Bola na Rede, Cabral Batista, Independência e Ninho da Perua. O bairro dispõe de 13 escolas, sendo 06 públicas e 07 privadas. Conta, também, com 01

creche pública. Na rede de saúde são 12 Unidades de Saúde da Família (USF) e algumas clínicas e consultórios privados.

Do ponto de vista associativo, há uma associação comunitária, clubes e igrejas que representam importantes equipamentos de organização social.

4.3.2 Histórico da UPS no Bairro

Inspirada nos vários exemplos citados de programas com nova sistemática de controle da violência e da criminalidade, a Polícia Militar do Estado da Paraíba também adotou a filosofia do policiamento comunitário e conta, atualmente, com 18 (dezoito) Unidades de Polícia Solidária – UPS - implantadas. Estes equipamentos foram distribuídos inicialmente na capital, tendo se expandido para outras cidades, conforme os índices de criminalidade e violência das áreas.

Em João Pessoa, no ano de 2012, houve a inauguração da Unidade de Policiamento Solidário no bairro do Jardim Planalto. A UPS instalada visava atender a população de Oitizeiro (Jardim Guaíba, Funcionários I e Baleado) e, assim como nas demais unidades implantadas, exerce o mesmo policiamento voltado à comunidade, objetivando a diminuição dos índices de criminalidades locais. A unidade fixa funciona com policiais escalados no local, e conta ainda com o apoio de moto patrulhamento, rádio patrulhamento e Rotam. Cumpre ressaltar que antes da inauguração, o posto policial permaneceu fechado por 7 anos, e em estado de total abandono.

A estrutura básica de uma UPS apresenta: 22 policiais; 02 Viatura; 03 motocicletas; 01 Computador; 01 HT; (*Hand Talk*); 04 câmeras de vídeo-monitoramento (instaladas na própria UPS); 01 telefone fixo; e um móvel (linha Solidária); 01 tablet para o comandante da UPS.

4.4. ANALISE DOS RESULTADOS DA UPS NO BAIRRO DE OITIZEIRO

Os números de homicídios demonstram uma situação aguda da criminalidade violenta no bairro de Oitizeiro, conforme o gráfico 3. Tal realidade foi o que justificou a implantação de uma UPS no bairro, mas observa-se que sua implantação não foi suficiente para incidir sobre os péssimos indicadores de segurança, tendo em vista que houve uma redução importante no ano de 2014, mas o retorno do crescimento, em 2016, a patamares próximos ao verificado nos anos de 2012-2013.

Gráfico 3 – Distribuição de Homicídios no Bairro Oitizeiro por ano (2012-2016).



Fonte: NACE/ SESDS

Diante desse quadro, com números significativos de crimes violentos letais individuais, esta pesquisa buscou estudar a percepção de estratos da população do bairro sobre aspectos relacionados à sensação de segurança, impressões sobre a violência e avaliações acerca da atuação da UPS instalada no território em 2012. Importava captar a percepção de parcela da população residente a respeito da evolução desalentadora da experiência de UPS no território, tendo em vista que o comportamento das taxas de CVLI foi de um aumento no ano de 2013, um ano após

a implantação da UPS no bairro, para um significativo declínio no número de homicídios no ano de 2014 e posterior retomada da escalada de violência nos anos de 2015 e 2016, quando os números praticamente retornaram ao patamar de 2012.

Para a definição dos estratos a serem entrevistados, inicialmente se fez um estudo geográfico de locação da UPS, identificando-se um território de proximidade onde seria mais adequado aplicar o questionário. Considerando-se o pouco tempo disponível e a escassez de recursos, e sem nenhuma pretensão de representatividade estatística, definiu-se uma amostra de 15 entrevistas com cidadãos residentes no bairro e que fossem de categorias expressivas, portadoras e transmissoras de informações mais ou menos qualificadas sobre a questão da segurança no Bairro e em João Pessoa. Com esta orientação, definiu-se uma amostra compreendida por Professores de escolas públicas do bairro, localizadas nas proximidades da UPS, Alunos dessas escolas, Comerciantes, além de moradores comuns com residência fixada há mais de 10 anos no Bairro.

Não foram encontradas maiores dificuldades na tarefa de aplicar os questionários, pois as pessoas se mostraram bastante receptivas e abertas ao diálogo, sobretudo, por se tratar de um tema que atinge o bairro de Oitizeiro. As entrevistas tiveram duração de aproximadamente 10 minutos. Os dados foram tabulados por meio do software SPSS. A tabela 1 apresenta a distribuição numérica dos entrevistados segundo os estratos definidos na amostra. Deste modo, houve um equilíbrio no quantitativo de entrevistados, sendo 1/3 deles moradores há mais de 10 anos, uma pequena maioria inserida no ambiente escolar-educacional e o restante envolvidos com atividades comerciais locais.

Tabela 1 - Perfil dos Entrevistados

Estrato	N. absoluto	%
Estudante	2	13,3
Professor	4	26,7
Comerciante	4	26,7
Morador	5	33,3
TOTAL	15	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Conforme consta na tabela 2, em relação ao grau de instrução escolar formal da população pesquisada, poucos concluíram o curso superior, tendo um número maior de indivíduos que finalizaram o ensino médio, o que corresponde a 40%(quarenta por cento) da amostra.

Tabela 2 – Grau de Escolaridade dos Entrevistados

Escolaridade	N. Absoluto	%
Médio incompleto	4	26,7
Médio Completo	6	40,0
Superior Incompleto	3	20,0
Superior Completo	2	13,0
TOTAL	15	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Estes dados chamam atenção para os dizeres de Paulo Freire: *“não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”*.

Outros dados coletados devem ser expostos a título de caracterização do perfil dos entrevistados: cerca de 33,3% reside há mais de 15 anos no bairro e possui entre 2 a 3 filhos.

Do total de entrevistados, 53,3% relataram ter sofrido algum tipo de violência nos últimos 3 anos, sendo a modalidade mais citada o assalto. Este período coincide com o intervalo de implantação da UPS no próprio bairro. De acordo com a opinião dos entrevistados, 8 deles responderam que houve um aumento da violência nos últimos anos, e 7 afirmaram ter ocorrido uma estabilidade da violência no bairro.

No tocante à sensação de segurança pública, a despeito de quase metade dos entrevistados terem afirmado uma estabilidade nos índices de violência no bairro, houve um número considerável de entrevistados afirmando não se sentirem seguros nem na cidade de João Pessoa, nem no próprio bairro onde residem, conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 – Sensação de Segurança dos Entrevistados

	Sensação de Segurança					
	Na cidade		No bairro		No domicílio	
	N. absoluto	%	N. absoluto	%	N. absoluto	%
muito inseguro	2	13,3	2	13,3	0	0
inseguro	13	86,7	13	86,7	5	33,3
seguro	0	0,0	0	0,0	9	60,0
não respondeu	0	0,0	0	0,0	1	6,7
TOTAL	15	100,0	15	100,0	15	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Quando se referem às possíveis causas que levaram ao aumento da violência, os entrevistados foram unânimes ao mencionar a impunidade como causa. Para eles, ficam impunes aqueles que cometem os delitos e de certa forma a polícia cumpre o papel de intervir, mas a justiça os tornam livres para voltarem a cometer os mesmos delitos”. Um grupo mencionou também como fatores desse aumento da violência a insuficiência de efetivos na ruas e a deficitária estrutura policial. Como explanado, a UPS de Oitizeiro é uma Unidade básica, com apenas 22 policiais atuando com 02 viaturas para atender toda a extensão do bairro.

Parcela dos entrevistados apontou ainda que a melhor solução para a redução da violência no bairro seria o aumento das rondas de patrulhamento nas ruas, investimento nas polícias, o combate ao tráfico de drogas, pois na visão desses o uso de drogas está ligado a uma questão financeira, quem não tem condição de arcar com o sustento do vício acaba indo para as ruas cometer assaltos, aumentando assim as estatísticas de crimes no bairro.

Tabela 4 – Melhor Solução para Problemas de Violência em João Pessoa na opinião dos Entrevistados

Melhor solução para problemas de violência em JP	N. absoluto	%
Mais policiais nas ruas	15	100,0
Mais programas de primeiro emprego para os jovens	3	20,0
Ampliar acesso à escola de tempo integral	1	6,7
Desenvolver programas sociais p/ população pobre/vulnerável	5	33,3
Combater tráfico de drogas	11	73,3
Mais opções de lazer/atividades p/ crianças e jovens	2	13,3
Investir mais na atividade policial	9	60,0
Diminuir maioria penal	11	73,3
Combater corrupção	5	33,3

Fonte: Pesquisa de campo, 2018. .

Do discurso geral dessa amostra de entrevistados e moradores do bairro de Oitizeiro depreende-se que varias necessidades básicas da população ainda não foram atendidas. Esse déficit pode estar entre as causas do número de homicídios se manter em patamar ainda alto.

Do ponto de vista do funcionamento e qualidade dos serviços da PM no bairro, 100% informou que as atividades de policiamento ostensivo desenvolvidas pela polícia Militar no bairro pouco satisfazem suas expectativas. E ainda, o atendimento dispensado pela PM no momento em que é acionada, divide opiniões na amostra, chegando a 73,3% de indivíduos que aprovam o serviço desempenhado, enquanto 26,7% afirmam ser um atendimento regular, que não corresponde ao esperado pela comunidade.

Quando indagados sobre suas percepções em relação à PM após a implantação da UPS, todos os entrevistados informaram ser a polícia despreparada para o serviço de policiamento ostensivo no bairro. Por fim, analisaram quem desde o início de 2012, após a implantação da UPS no bairro, os serviços melhoraram um pouco (80,0%), ao passo que 13% disseram que o serviço não melhorou.

Tabela 5 – Fontes de Acesso à Informação sobre Violência no Bairro

Fontes de Informação	N. absoluto	%
TV	15	100,0
Rádio	6	40,0
Jornal/Revista Impressa	1	6,7
Internet	7	46,7
Conversas Pessoais	15	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018. .

De certa forma, muito do que já foi dito acima sobre as impressões a respeito das causas dos problemas de segurança pública no Brasil e no Bairro de Oitizeiro, reflete também as fontes de informações acessadas pelas pessoas para a formação de uma opinião, como explícito na tabela 5. Procurou-se também identificar, na opinião dos entrevistados, quais benefícios a política da UPS trouxe aos moradores do bairro. Para 26,7%, a UPS teve um impacto positivo. Os demais, 60%, não souberam opinar. Portanto, não ficou bem claro o que os moradores associam como benefício, dada a chagada da UPS na região.

Quanto às notas atribuídas ao serviço da polícia militar dentro do bairro, numa escala de 0 a 10, 73,3% dos entrevistados atribuíram nota sete (7,0) ao trabalho que a Unidade de Polícia Solidária desempenha desde sua implantação. Admite-se este dado como uma aprovação, se considerando que tanto a porcentagem de respondentes, quanto o valor da nota atribuída estão acima de cinquenta por cento.

Tabela 6 – Nota Atribuída pelos Entrevistados à PM e suas Ações Desenvolvidas no Bairro

Nota (0 a 10)	N. absoluto	%
Nota 6	3	20,0
Nota 7	11	73,3
Nota 8	1	6,7
TOTAL	15	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018

No entanto, apesar de uma avaliação mediana por parte dos entrevistados percebe-se que a filosofia de policiamento comunitário ainda encontra resistência em parte dos atores desse processo, não podendo ser possível afirmar que já se estabeleceu uma aproximação adequada e satisfatória entre comunidade e polícia, e vice-versa.

Em suma, o conceito de policiamento comunitário requer empenho de todos os envolvidos no processo, seja comunidade, sejam policiais; o apoio entre os interessados deve servir de intercâmbio para a restauração da civilidade, como afirmou Saporì (2007.p.148), ou seja, não somente reduzir crimes, mas estabelecer a ordem, garantir direitos e assegurar a convivência das pessoas na comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A essência de todo este trabalho, desde a bibliografia consultada e o levantamento de dados em campo, passando pela análise dos dados até a escrita, incorre na constatação de que segurança pública e dignidade humana são valores inseparáveis e entrelaçados, pois o primeiro, além de ser um direito do cidadão, é um pré-requisito para o exercício do segundo. Constatou-se também que a concretização da dignidade humana e a manutenção da segurança pública não são deveres exclusivos do Estado, mas na verdade obrigações do povo em geral, incluindo as organizações sociais, juntos no propósito de orientar os rumos da vida em sociedade.

Entendeu-se, igualmente, que todos os seres humanos têm necessidades de segurança, de serem protegidos de todas as formas, do medo que a sociedade contemporânea produz. Deve-se assim buscar a uma sociedade estruturada em bases solidárias, visando à inclusão social e às formas de convivência pacíficas, que poderão dissipar o medo num horizonte inédito formado por novos e ousados sistemas e políticas públicas.

O que provocou a inquietação para a presente pesquisa foi o fato de a Paraíba ter figurado entre os estados cujo cenário de violências e criminalidades aumentou nos últimos anos, mais especificamente no que diz respeito aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), como demonstram os dados do Relatório Anual de Indicadores Criminais Exercício 2012, da Secretaria de Estado de Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba. Ao mesmo tempo, o governo estadual atento ao problema busca implementar uma política de policiamento comunitário, já em voga em diversos estados. Neste tocante, respondendo à pergunta de partida que orientou a pesquisa, isto é, *“qual a situação da segurança, medida em termos de indicador de CVLI e percepção dos moradores, do bairro Oitizeiro após a implantação da UPS?”*, os dados coletados indicam que 73,3% dos moradores, entrevistados durante pesquisa de campo, aprovam a instalação da UPS no bairro, apesar de um percentual de quase 86,7% afirmar que, mesmo com a implantação sentem-se inseguros na cidade de João pessoa e no próprio bairro. Da mesma forma, atribuem a UPS uma relativa melhoria no bairro dos serviços prestados pela Polícia Militar, após o ano de 2012, mas não evidenciam a relação direta entre a

estabilidade de homicídios e a UPS. Isso corrobora os dados estatísticos da secretaria que demonstram uma oscilação e retomada dos índices de CVLI neste bairro.

Diante deste contexto, entende-se que apesar de se reconhecer a importância da política, é necessário ainda qualificar os trabalhos e ações policiais em diversas frentes, podendo começar com atividades de aproximação entre a PM e a comunidade, não somente investindo em aparelhos para a estrutura policial, como mais viaturas, motocicletas, armas e etc, mas, sim em ações sociais junto à associação do bairro, pois esse é o objetivo dessa filosofia de Policiamento.

Sendo assim, resta a certeza de que há muito ainda a se debater, discutir, refletir e pensar a respeito de qual o melhor, ou mais adequado, modelo de provisão da segurança pública, mesmo após a instalação de um equipamento como a Unidade de Policiamento Solidário. No caso particular da UPS no bairro de Oitizeiro, cabem algumas perguntas como: o que deve ser feito pelos Poder Municipal de João pessoa, no intuito de cooperar para a plena fruição da cidadania pelos moradores do bairro; o que pode e o que deve ser realizado pelas organizações não governamentais, pelas igrejas, pelas lideranças populares, pelas organizações sociais do bairro, em favor da segurança pública e cidadania; e se não há colaboração e cooperação entre estes atores, quais as razões desse fenômeno ocorrer?

6 REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sergio ET AL. **Segurança Pública e Violência**. São Paulo: Contexto, 2006
- BRASIL**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial DA Republica Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm>Acesso em: 15 abr.2018
- BRASIL**. Constituição(1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília: Senado,1988.
- BELTRAME, José Mariano. **Todo dia é Segunda-Feira**. Rio de Janeiro: Sextante.
- CARVALHO, Glauber da silva. **Policiamento comunitário**: Uma nova filosofia operacional. Rio de Janeiro:Polícia Militar do RJ, s/d.
- CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e Consequências do Crime no Brasil**. Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia (Tese de Doutorado), 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA**. Sistema de Indicadores de Percepção Social. Segurança Pública. Brasília: Ipea,2012.Disponível em:HTTP://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120705_sips_sgurancapublica.pdf.Acesso m: 05 Nov.2014.
- SAPORI, Luís Flavio.**Segurança Pública no Brasil**: desafios e perpectivas. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV,2008.
- SENASP/MJ**. Policia Comunitária. Brasília: Fabrica de Cursos/SENASP/ANP.
- SENASP/MJ**. Policiamento orientado para o problema. Brasília: Fabrica de Cursos/SENASP/ANP, 2009.
- PARAÍBA**. Controladoria Geral do Estado. Relatório de Prestação de Contas Anual Exercício Financeiro de 2013. João Pessoa: CGE, 2013. Disponível em:<HTTP://siaf.cge.pb.gov/CGE/siafweb/2013/balanco/60.PDF>.Acesso em : 2 abril 2018
- SKOLNICK, JEROME H. **Nova Polícia**: Inovações na Polícia de seis Cidades Norte Americanas / 2. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. – (Policia e Sociedade; n. 2)
- CERQUEIRA, Carlos M. N. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Coleção Polícia Amanhã. Rio de Janeiro: Freias Bastos, 1998.
- KAROLINE Zilah -< http://jornaldaparaiba.com.br/Noticia/60148_megaoperacao-leva-mil-policiais-asruas-de-mandacaru-contra-o-traffic.html>. Acesso em: 27/04/2018.

v.5. Qual das seguintes categorias descreve melhor sua cor: **[LEIA ATÉ A INTERROGAÇÃO - ESTIMULADA E ÚNICA]**

() Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena?

v.6. Qual quantidade de filhos o(a) Sr(a) tem? **(ANOTE)** _____

v.7. Qual o seu grau de escolaridade?

- | | |
|---|-------------------------|
| () Ensino fundamental incompleto (1º Grau incomp.) | () Superior incompleto |
| () Ensino fundamental completo (1º Grau completo) | () Superior completo |
| () Ensino médio incompleto (2º Grau incomp.) | () Pós-graduação |
| () Ensino médio completo (2º Grau completo) | () Não sabe/Não lembra |
| | () Sem instrução |

v.8 Há quantos anos reside no bairro? **ANOTE** _____

BLOCO II – SENSAÇÃO DE (IN)SEGURANÇA

v.9. Considerando os últimos 03 anos, você diria que a violência em seu bairro:

() aumentou () ficou estável () diminuiu () não saberia dizer

v.10. O (a) Sr.(a) poderia apontar as causas para diminuição OU amento da violência no bairro? **ANOTE**

v.11. Atribua uma nota à sua sensação de segurança de **0 a 10**, considerando 0 a sensação de nenhuma segurança e 10 a sensação de máxima segurança: **NOTA:** _____

v.12. O (a) Sr.(a) já foi vítima de algum tipo de violência nestes 3 últimos anos: () sim () não

v.13. Em caso positivo, de qual tipo? _____

v.14. Como o (a) Sr.(a) se sente em relação à sua segurança:

v.14.a. Na sua cidade? () muito inseguro () inseguro () seguro () muito seguro

v.14.b. No seu bairro? () muito inseguro () inseguro () seguro () muito seguro

v.14.c. No seu domicílio? () muito inseguro () inseguro () seguro () muito seguro

v.15. Como o (a) Sr.(a) avalia a segurança pública no Brasil?

() Péssima () Ruim () Regular () Boa () Ótima

v.16. Como o (a) Sr.(a) avalia a segurança pública em João Pessoa?

() Péssima () Ruim () Regular () Boa () Ótima

v.17. Como o (a) Sr.(a) fica informado sobre a criminalidade e **violência ocorrida em seu bairro? (pode marcar mais de uma opção)**

() televisão () rádio () jornal/revista impressa () internet () por pessoas com quem conversa ()

de outra forma, qual? _____

v.18. Em sua opinião, qual a **principal causa** da criminalidade?

() Impunidade

() Desemprego

() Omissão do Estado

() Omissão da família

() Tráfico e consumo de drogas

() Perda dos valores morais

() Outra _____

v.19. Qual seria a melhor solução para os problemas de violência e criminalidade no município de João Pessoa **(pode marcar até 03 opções):**

() Colocar mais policiais nas ruas

() Implementar mais programas de primeiro emprego para os jovens

() Aumentar o período de acesso a escola por parte dos jovens (escola integral)

() Desenvolver programas sociais para a população pobre ou vulnerável

() Combater o tráfico de drogas

() Dar mais opções de lazer e atividades para crianças e jovens fora do horário escolar

() Investir mais na atividade policial

() Diminuir a maioridade penal

() Combater a corrupção

BLOCO III – CONHECIMENTO SOBRE ÓRGÃOS DO SISTEMA & POLÍTICAS PÚBLICAS

v.20. Quais órgãos abaixo compõem o sistema de segurança pública em João Pessoa? **(pode marcar mais de uma alternativa)**

() Polícia Militar () Polícia Civil () Poder Judiciário () Ministério Público () Prefeitura () Guarda Municipal () Outro _____

v.21. Qual o papel de cada um destes órgãos, abaixo, no que diz respeito às responsabilidades na área de segurança pública? **(pode marcar até 04 alternativas):**

- a) Prefeitura (Executivo Municipal): () prevenir a violência () investigar crimes () reprimir o crime () punir () julgar () aplicar penas e medidas sócio-educativas () nenhum () Outro: _____
- b) Poder Judiciário (Justiça) - () prevenir a violência () investigar crimes () reprimir o crime () punir () julgar () aplicar penas e medidas sócio-educativas () nenhum () Outro: _____
- c) Polícia Militar: () prevenir a violência () investigar crimes () reprimir o crime () punir () julgar () aplicar penas e medidas sócio-educativas () nenhum () Outro: _____
- d) Polícia Civil: () prevenir a violência () investigar crimes () reprimir o crime () punir () julgar () aplicar penas e medidas sócio-educativas () nenhum () Outro: _____
- e) Guarda Municipal: () prevenir a violência () investigar crimes () reprimir o crime () punir () julgar () aplicar penas e medidas sócio-educativas () nenhum () Outro: _____

v.22. Qual é o seu **grau de confiança** nas seguintes instituições:

- a. Polícia Militar - () Não Confia () Confia Pouco () Confia () Confia Muito () Não opinou
- b. Polícia Civil - () Não Confia () Confia Pouco () Confia () Confia Muito () Não opinou
- c. Ministério Público - () Não Confia () Confia Pouco () Confia () Confia Muito () Não opinou
- d. Poder Judiciário - () Não Confia () Confia Pouco () Confia () Confia Muito () Não opinou
- e. Prefeitura Municipal () Não Confia () Confia Pouco () Confia () Confia Muito () Não opinou
- f. Guarda Municipal () Não Confia () Confia Pouco () Confia () Confia Muito () Não opinou

v.23. Atualmente, qual o seu **grau de satisfação** no tocante às ações desenvolvidas pela Polícia Militar no **policciamento de seu bairro**?

() muito () pouco () quase nada () nada

v.24. Atualmente, como o (a) Sr.(a) **avalia o atendimento** da Polícia Militar aos moradores do bairro?

() Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Ótimo

v.25. Qual nota (de 0 a 10) o (a) Sr.(a) atribui à Polícia Militar e suas ações desenvolvidas dentro do bairro?

ANOTE: _____

v.26. Com relação aos serviços prestados pela da Polícia Militar **desde 2012 (seis anos atrás)** percebeu-se: () melhorou muito () melhorou () melhorou pouco () não melhorou () piorou

v.27. O (a) Sr.(a) conhece a **Unidade de Polícia Solidária**? () sim () não

v.28. Qual a percepção que o (a) Sr.(a) tem da Polícia Militar após a implantação da UPS?

() eficaz () ineficaz; () preparada () despreparada () a mesma de antes

v.29. Qual(is) o benefício(s) a Unidade de Polícia Solidária trouxe para o bairro e seus moradores?

v.30. Na opinião do (a) Sr.(a), a **UPS** teve impacto sobre o cenário da segurança pública no bairro?

() Não teve impacto positivo

- () Teve pouco impacto positivo
- () Teve impacto positivo
- () Teve muito impacto positivo
- () Não sabe opinar

v.31. Caso tenha respondido que a UPS **não teve impacto positivo**, saberia apontar os motivos pelos quais esta não conseguiu impactar a realidade da segurança pública no bairro?

v.32. Como o (a) Sr.(a) descreveria a **interação/relação** entre polícia e moradores do bairro?
